

eu tive uma reunião com o procurador-geral de Justiça e em seguida, no mesmo dia, protocolei duas representações: uma em relação ao não cumprimento do piso nacional salarial.

O governo Tarcísio de Freitas está afrontando a Lei Federal 11.738/2008, lei inclusive confirmada pelo Supremo Tribunal Federal. Então o governo estadual está burlando a legislação, pagando o pagamento fake do piso nacional, que está sendo feito no estado de São Paulo através de abono complementar. Isso afronta a legislação. Nós defendemos, como está na lei, que o reajuste do piso tem que ser feito com repercussão em toda a carreira, em todos os níveis.

Também protocolamos uma segunda representação contra o cumprimento aqui no estado de São Paulo, pelo governo estadual, da Lei da Data-Base Salarial dos servidores públicos, do funcionalismo. Refiro-me à Lei nº 12.391, que aprovamos neste plenário em 2006. Até agora os servidores não tiveram nenhum tipo de reposição da inflação, muito menos reajuste salarial.

Então, são dois ataques que estamos vivendo no estado de São Paulo, ao Magistério e aos servidores em geral, e nós tomamos já as providências necessárias acionando o Ministério Público para que ele obrigue o estado a cumprir a legislação.

Com a palavra, o deputado Reis.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimen-to o Sr. Presidente Carlos Giannazi, que conduz os trabalhos na data de hoje, cumprimento os Srs. Deputados presentes, aqueles que estão em seus gabinetes e nos acompanham pela Rede Alesp, os integrantes da Polícia Militar, da Polícia Civil e todos os funcionários desta Casa.

Conforme V. Exa. já disse, deputado Carlos Giannazi, sobre os golpes... Golpes na Educação, golpe na Segurança Pública, golpe na Saúde e golpe na oposição. Hoje, estive aqui juntamente com o deputado Suplicy, alegando o direito, o direito legal, o direito que têm as pessoas idosas de terem o seu atendimento preferencial.

Esta Casa, que é uma Casa de Leis, simplesmente passa por cima dos direitos das pessoas e, principalmente, dos direitos da pessoa idosa. Foi um absurdo o que eu vi aqui hoje.

E a base do governo saltitante, cantando freneticamente e gritando que não teria golpe, se eles é que estão golpeando a oposição, da forma que eles conduziram o trabalho.

Então, a lógica golpista de muitos anos, que está acontecendo em nosso país, também está encorpada nesta Casa de Leis, também está presente aqui nesta Assembleia Legislativa para não permitir que a oposição possa investigar, cumprir o seu papel investigativo, o seu papel de buscar, de mostrar a verdade real.

E o governador Tarcísio, com medo, o Tarcísio “Privatizador”, com medo, organizou a sua base logo cedo aqui na entrada deste plenário, barrando as pessoas, barrando o deputado Suplyc, que tinha o pleno direito de ser um dos primeiros a entrar naquela sala onde estava o relógio do protocolo.

Desde ontem que nossa federação está indo à Justiça. Entramos com um mandado de segurança para garantir o direito da oposição de protocolar sua CPI.

Vamos ajuizar também esse desrespeito que se deu na data de hoje no momento em que o deputado Eduardo Matarazzo Suplicy foi protocolar, então, a CPI, com as suas assinaturas regimentais.

A CPI que trata daquela agressão que aconteceu na campanha do então candidato ao governo de São Paulo, Tarcísio de Freitas, onde uma pessoa foi vítima de tiros, foi morta, e até hoje não tem a explicação real do que aconteceu ali.

Os fatos foram encobertos. Cabe a nós, sim, investigar, Sr. Presidente. Cabe, sim, instalar uma CPI e apurar a verdade real.

E se o governo proíbe a nós, se o governo dificulta a oposição de fazer o seu papel, é porque o governo está devendo. A minha mãe já dizia quando eu era muito jovem, deputado Marcolino: “Quem não deve não teme”. Se não deve, por que que vai temer. Se você não deve, qual o problema de protocolar a CPI? Qual o problema?

Qual o problema de instalar aqui uma CPI, esse procedimento investigativo para apurar a verdade? Não há problema. Então eu fiquei muito atarecado na minha primeira experiência nesta Casa para protocolar uma CPI, porque eu vejo que a Câmara está bem mais democrática do que a Assembleia Legislativa.

Lá não há esse problema, nunca aconteceu isso. Eu vejo que o governo, a base governista, os empregados do governador, os serviços de plantão do governador - porque assim o são - estão aqui para dificultar a apuração da verdade real, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando seqüência à lista de oradores inscritos, com a palavra a deputa-da Professora Bebel. (Pausa.) Com a palavra o deputado Lucas Bove. (Pausa.) Com a palavra o deputado Eduardo Suplicy, que fará o uso regimental da tribuna.

Enquanto V. Exa. se dirige à tribuna, deputado Suplicy, eu quero aqui só fazer a divulgação de um comentário do grande jurista Marcelo Semer, desembargador aqui de São Paulo.

Sobre esse tema, sobre as CPIs, ele diz o seguinte: “O Supremo Tribunal Federal tem forte jurisprudência de que a CPI é um direito da Minoria e se houver um terço de assinaturas tem que instalar”, etc.

“No estado de São Paulo as coisas se resolvem assim: o governo cria as próprias CPIs e não sobra espaço para a oposição criar”. Aqui o nosso grande jurista Marcelo Semer. Com a palavra o deputado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caro deputado Carlos Giannazi, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu quero aqui reforçar os argumentos dos deputados Marcolino e Reis, porque a oposição foi surpreendida com o ato da Mesa Diretora, a forma como foi feita, aqui colocando bem claro.

Para aceitar os requerimentos de CPIs preparados por cada bancada, cada deputado estadual, na quarta-feira foi publicado um ato do presidente da Mesa de nº 14, de 2023, que dizia que os parlamentares ou seus respectivos funcionários poderiam protocolar participando de uma fila que vigoraria até esta sexta-feira e precisaria que as pessoas ficassem na fila até de noite ou de madrugada.

E aí se formou essa grande fila aqui. Só que nós, parlamentares da oposição, só soubemos disso no dia da publicação - não é isso, Marcolino? - tendo os parlamentares da base do governo tido consciência deste ato da Presidência da Mesa na véspera. Então eles tomaram todos os lugares na fila, impossibilitando que nós tivéssemos a mesma oportunidade.

Então, obviamente, trata-se de uma manobra para impedir que a oposição pudesse apresentar qualquer requerimento de CPI. Ora, nós pensamos em diversas alternativas.

Chegamos a considerar propor à Presidência e aos partidos da base de governo que levassem em conta aquilo que nos parece de bom senso, que pudesse a ordem dos requerimentos protocolados aceitos levarem em conta a proporcionalidade dos partidos, pois, por exemplo, para a eleição da Mesa Diretora, o presidente é eleito por ser do partido de maior número de deputados aqui eleitos.

Nós, do PT e do PCdoB, que formamos uma federação com 19 deputados estaduais, nós temos o direito, tivemos o direito, a designar a 1.º Secretária, e os deputados, em geral, quase todos acordaram com tal proporcionalidade.

Seria de bom senso, portanto, que para a apresentação, protocolo e aceitação das CPIs, também fosse levado um critério de equidade que fosse de bom senso e de respeito para com todos.

Mas não havendo a suspensão do critério inadequado, dessa forma, então, nós, da oposição, resolvemos apresentar hoje o Estatuto do Idoso, que com muita clareza define o

direito da pessoa idosa com oitenta anos ou mais de poder ter acesso às mais diversas formas no de diz respeito a educação, a saúde, a todos os critérios, e obviamente a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa precisa, sim, levar em conta o que diz o Estatuto do Idoso, conforme o deputado Marcolino aqui ressaltou.

Então gostaria de ressaltar a proposição, o requerimento formulado pelo deputado Reis, que nós gostaríamos que fosse levado em conta, referente ao episódio em que um cidadão foi morto ali no bairro de Paraisópolis, onde estava presente Tarcísio de Freitas durante o período das eleições, da campanha eleitoral, este requerimento sobre a formação da CPI tem hoje mais de 35 assinaturas e está devidamente protocolado.

Trinta e cinco assinaturas: corresponde a mais de um terço dos 94 deputados estaduais. Então são argumentos de grande força para que possa, o presidente André do Prado, examinar com bom senso e espírito de clarividência, o bom espírito que ele nos apresentou no dia em que ele nos visitou, a Bancada da Oposição, dizendo que ele queria sempre ter um diálogo respeitoso com todos nós.

Então eu venho reiterar o apelo ao deputado André do Prado para que leve em consideração esses argumentos e que nem seja preciso que a oposição leve este caso ao Tribunal de Justiça para assegurar o nosso direito.

Muito obrigado, deputado presidente desta sessão, Carlos Giannazi.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando seqüência à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, tem a palavra a deputada Analice Fernandes. (Pausa.) Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputada Paula da Bancada Feminista. (Pausa.) Deputado Rui Alves, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. RUI ALVES - REPUBLICANOS - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a todos, nobre colega presidente Carlos Giannazi, a todos os deputados presentes, a todos os servidores aqui desta Casa e a todos que nos acompanham pela TV Alesp.

Esse é o nosso primeiro pronunciamento nesta Casa de Leis e eu venho me apresentar. E nessa apresentação nada melhor do que falar da minha vida, para que todos possam ter ciência deste deputado estadual.

A minha vida pessoal tem sido pautada dentro do conservadorismo e no equilíbrio, e tais características se estenderão também para o meu primeiro mandato legislativo. Da minha parte haverá o respeito independente do credo religioso, sexual ou social, afinal, irei trabalhar e lutar pela causa de todos os paulistas.

- Assumo a Presidência o Sr. Luiz Claudio Marcolino.

Ressalto aqui as minhas experiências adquiridas durante a minha vida em todos os estados que trabalhei desse nosso imenso Brasil, do norte, do nordeste, do centro-oeste.

E hoje estamos aqui no estado de São Paulo, onde colocaremos todos os princípios que aprendemos e vivenciamos nessas experiências adquiridas em todo o nosso Brasil.

Sempre me coloquei com toda minha força para ajudar o próximo, me empenhando em cuidar daquelas pessoas que estão vivendo em situações de riscos. Tanto que um dos maiores lemas que a gente trabalhou na nossa campanha é “cuidando de pessoas”. A gente tem que colocar os pés lá no chão da fábrica para entender de fato, de verdade o que as pessoas passam no seu dia a dia.

Garanto que serei a voz que clama no deserto em favor dos oprimidos, dos rejeitados e injustiçados que atualmente vivem no estado de São Paulo, que são muitos, pois já lidei em muitos momentos com a desigualdade social, racial e política, e entendo que a melhor forma de derrotar tudo isso é com luta e disposição.

Agradeço aos 91.717 votos de confiança depositados em mim e garanto que honrarei a cada um. Como também agradeço a todos os nobres pares desta Casa, que juntos contribuíremos no estado de São Paulo por um estado justo e forte.

Onde apoiarei políticas públicas criadas na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, claro que observando todos os meus princípios que forem beneficiar toda a população do estado de São Paulo.

Por fim, lutarei para um debate claro e respeitoso neste plenário, defendendo a ética e o decoro parlamentar, com o objetivo de observar os interesses dos cidadãos paulistas.

Que Deus nos dê força e que a gente siga firme nesse propósito.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Muito obrigado, nobre deputado Rui Alves.

Dando seqüência ao Pequeno Expediente, com a palavra o nobre deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Com a palavra o nobre deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Concluindo aqui os oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Dando início à Lista Suplementar, com a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Com a palavra o nobre deputado Gil Diniz. (Pausa.) Com a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.)

Com a palavra o nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Com a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente - estou vendo aqui alunos, professores -, telespectador da TV Assembleia.

Hoje é um dia muito importante porque, após muito tempo, nós conseguimos uma vitória importante, do ponto de vista de desmascarar, impondo uma derrota ao ex-presidente Jair Bolsonaro, responsável pela destruição do Brasil nos últimos quatro anos, na área da Educação, da Cultura, do Meio Ambiente, da democracia.

Eu me refiro aqui às notícias que estão sendo hoje divulgadas pela grande imprensa onde, até que enfim, o ex-presidente, fugitivo, fujaço do Brasil, foi obrigado a devolver o estojo de joias que ele pegou de uma forma irregular - não era dele. Essas joias pertencem ao povo brasileiro, à nação brasileira. E também teve que devolver na data de hoje as armas que ele ganhou.

Não sei, parece-me que de algum país do Oriente Médio; ganhou armas que são de uso exclusivo das Forças Armadas. Então, devolveu hoje. As joias, teve que devolver para a Caixa Econômica Federal, e as armas para a Polícia Federal. Hoje é um dia importante.

Agora, isso aconteceu graças federal profa. Luciene Cavalcante à deputada, aqui de São Paulo. Foi ela que provocou, através de representações no Tribunal de Contas da União e o Ministério Público Federal.

E é uma parlamentar combativa aqui de São Paulo, do PSOL, da nossa bancada, que ingressou com várias representações contra tudo o que aconteceu nesse país nos últimos quatro anos.

Então, nós já estamos aqui colhendo algumas vitórias, porque o Tribunal de Contas foi então obrigado a acionar o presidente e obrigá-lo a devolver o estojo de joias.

Eu estava lendo aqui, deputado Marcolino, uma matéria da Uol mostrando que tem um relógio nesse estojo que vale 800 mil reais, que é banhado, parece-me, a ouro, e foi um presente dado para o Brasil, para o patrimônio que fica lá na Presidência do nosso país, e não para o presidente, que se apoderou. E ele está sendo, logicamente, acusado de peculato. Vai responder ainda por peculato, por tráfico internacional de armas, porque não houve registro de nada disso.

Então eu quero, na verdade, celebrar, que é uma vitória da Justiça, sobretudo, isso que tem que ficar claro, e parabenizar a nossa deputada federal aqui por São Paulo, profa. Luciene Cavalcante, que é da rede municipal de São Paulo, supervisora de ensino.

Uma professora conseguiu a primeira vitória para o povo brasileiro e obriga esse ex-presidente genocida, responsável por uma boa parte das mortes que ocorreram durante a pandemia, responsável pelo genocídio que houve nas comunidades indígenas do Brasil, sobretudo os yanomamis, e tantas outras áreas, pelo desmatamento, pela crise na Educação, pelos gravíssimos casos de corrupção na área da Educação, no MEC, onde aqueles pastores negociavam propina com dinheiro da Educação com barras de ouro. Por isso que a Educação está nessa crise, Sr. Presidente.

Então, parabéns, deputada Luciene Cavalcante, porque V.Exa. está nos brindando aqui com uma grande vitória, a primeira grande vitória contra essa extrema-direita nazifascista do Brasil.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, antes de encerrar o meu pronunciamento, para dizer que nós participamos recentemente já de várias manifestações contra a farsa do Novo Ensino Médio, que nós defendemos a revogação imediata, Sr. Presidente.

Essa reforma do Novo Ensino Médio foi imposta para os nossos estudantes e os nossos professores através de uma medida provisória do governo Temer, uma espécie de um Al-5, sem que houvesse a concordância e o apoio de quem está dentro das escolas, que são os alunos, as professoras e os professores.

Sr. Presidente, eu queria só estender o meu tempo, pedindo aqui pelo Art. 82, como vice-líder da bancada do PSOL, mais cinco minutos só para terminar esse... Depois a gente pede o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Vamos só encerrar aqui o Pequeno Expediente, não tem mais oradores inscritos, então darei a V. Exa. o tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Então me inscrevo de novo aqui pela tribuna, uma nova inscrição. Já encerrou, então pelo 82.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, vamos passar ao Grande Expediente.

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Então queria dizer o seguinte: que nós estamos com a posição bem firme pela revogação, porque tem um debate, tem um setor empresarial, as fundações empresariais, como a Fundação Lemann e seus apoiadores, que estão defendendo essa proposta, porque eles que a elaboraram.

Tem um setor defendendo uma revisão, “vamos fazer alguns ajustes”, mas nós não queremos ajustes, porque não há como fazer um ajuste nessa farsa do Novo Ensino Médio, que está destruindo o ensino médio no Brasil.

Esse projeto foi do governo Temer, teve prosseguimento no governo Bolsonaro e está destruindo a nossa Educação, está rebaixando o nível de aprendizagem dos nossos alunos, porque trocou as matérias, disciplinas importantes e fundamentais por disciplinas fake news.

Hoje eles retiram a carga horária de matemática, diminuem a carga horária de matemática, de português, às vezes tiram inclusive disciplinas importantes, como filosofia, sociologia, história e geografia, e no lugar colocam disciplinas bizarras e patéticas.

Tem escola oferecendo no lugar dessas disciplinas, disciplinas de como fazer um brigadeiro, como cuidar de um pet, como trabalhar com telemarketing. É isso o que está acontecendo, são mais de 1.500 disciplinas que foram criadas para ocupar esses espaços da grade curricular.

É um absurdo, Sr. Presidente. Então nós exigimos a revogação imediata, nós queremos uma educação crítica, uma educação libertária, emancipadora, e, para isso, nós precisamos ter história, geografia, filosofia, sociologia, nós temos que ter artes, nós temos que ter uma carga maior de português, de matemática.

Nós temos que voltar ao ensino médio e, talvez, fazer ajustes no que já existia, mas não usar esse modelo que piora ainda mais a situação.

Então é por isso que os estudantes estão indo às ruas, os professores, por isso é que há um amplo movimento para que haja a revogação desse modelo de Educação. Nós já conhecemos esse filme.

Na ditadura militar os militares fizeram a mesma coisa, não só com o ensino médio, mas com o ensino fundamental e com o ensino superior. É um velho filme, é uma velha novela que se reproduz novamente.

Nós não queremos mais Paulo Lemann, nós queremos é Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes. Esses são os grandes educadores do Brasil, que produziram nessa área, que pesquisaram. Essa é a educação que nós queremos para os nossos alunos, nós queremos uma educação que prepare o aluno, de fato, para o pleno exercício da cidadania ativa e crítica.

Esse modelo que está hoje em vigor no Brasil forma o contrário, alunos passivos, alunos para serem mão-de-obra barata e precarizada, tanto é que essa reforma foi aprovada justamente quando foi aprovada a reforma trabalhista, quando foi encaminhada a proposta para o Congresso Nacional da reforma da Previdência, da PEC do teto de gastos, da lei das terceirizações, que precarizavam sobretudo o mundo do trabalho e retiravam direitos trabalhistas, sociais e previdenciários.

Então foi nesse bojo, nesse momento que foi apresentada, via medida provisória, essa proposta de Novo Ensino Médio. Nós somos pela revogação do Novo Ensino Médio e, também, da Base Nacional Comum Curricular, Sr. Presidente.

Estamos nas ruas, estamos debatendo nas escolas, nas universidades, no Congresso Nacional, conversando com o governo, porque não dá para esperar mais.

Enquanto existir esse modelo de Educação nós vamos ter perdas, nós estamos sacrificando mais uma geração, porque tem uma proposta de debate, de 90 dias, mas serão 90 dias perdidos. Nossos alunos estão perdendo com esse modelo de Educação. É por isso que a revogação tem que ser imediata, não temos que debater nada, isso já foi debatido exaustivamente.

Lembro que quando foi aprovada essa proposta, em 2016, os alunos foram às ruas, ocuparam as escolas, os alunos do ensino médio. Nós fizemos manifestações em defesa da educação pública porque já não aceitávamos, porque foi um modelo imposto.

Então é muito importante a revogação imediata, que o governo federal encaminhe ao Congresso Nacional um projeto em caráter de extrema urgência, pedindo a revogação e alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo acordo entre as lideranças, eu solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - É regimental, nobre deputado Carlos Giannazi. Mas, antes de encerrar a sessão, eu queria saudar as alunas, os alunos, os professores e educadores do Colégio Nova Terra, daqui da Vila da Saúde, aqui em São Paulo.

Então sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa. Então, saudar as alunas e os alunos que nos acompanham no dia de

hoje. (Voz fora do microfone.) Colégio Conte? Então, Colégio Conte! É que passaram Colégio Nova Terra. Então, muito obrigado pela presença dos educadores, dos alunos, das alunas. Muito obrigado por acompanhar a nossa sessão.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo de lide-ranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a presente sessão. Muito obrigado a todos e a todas.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 11 minutos.

27 DE MARÇO DE 2023 8ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - GILMACI SANTOS

Assumo a Presidência e abre a sessão.

2 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - ANDRÉA WERNER

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - CONTE LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - MAJOR MECCA

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Por inscrição, faz pronunciamento.

9 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - GIL DINIZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

11 - TOMÉ ABDUCH

Por inscrição, faz pronunciamento.

GRANDE EXPEDIENTE

12 - TOMÉ ABDUCH

Para comunicação, faz pronunciamento.

13 - GIL DINIZ

Para comunicação, faz pronunciamento.

14 - GIL DINIZ

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

15 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão Ordinária do dia 28/03, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assumo a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS

- Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, entramos neste momento no Pequeno Expediente, chamando para fazer uso da palavra os deputados inscritos. O primeiro deputado inscrito para fazer o uso da palavra no Pequeno Expediente, é o nobre deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa, eu venho hoje aqui à tribuna comentar um assunto... repercutir uma matéria que saiu não só ontem, no Fantástico, mas hoje, pela manhã, nos telejornais, sobre a questão dos roubos de celulares na região central de São Paulo.

Fui presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, que fica no prédio Martinelli, ali na região central, e durante esse período, que antecedeu a minha vinda aqui para a Assembleia Legislativa, a gente circulava muito ali pela São Bento, pela Libero Badaró, pela própria região do Teatro Municipal.

A gente percebe que os dados apresentados pelo estudo que foi feito, de duas mil ocorrências de roubos de celulares na cidade de São Paulo no último período... Esses são os dados registrados, mas nós sabemos que é um número superior inclusive ao que foi apresentado pela pesquisa.

Porque muitas pessoas, primeiro que quando têm os seus celulares roubados na região central, muitas vezes acabam não fazendo boletim de ocorrência. E, quando faz o boletim de ocorrência, em vez de ser caracterizado como roubo, acaba sendo caracterizado como furto.

Agora, o que mais a gente percebe e a gente conversa com muitas pessoas na região central... Inclusive, no sábado, agora, eu estava conversando com alguns donos de lanchonete na região do centro, e eles me reclamando, justamente, da quantidade de escritórios de advocacia que estão saindo da região central e estão se transferindo para a Paulista ou para a região de Pinheiros.

Eles, inclusive, me relatando, antes, inclusive, da matéria sair no jornal, no “Fantástico”, no domingo... No sábado, agora, já me relatando, falando que, inclusive, o subgerente dessa lanchonete na Libero Badaró também tinha sido assaltado na sexta-feira anterior.

Nós temos, inclusive, duas assessoras nossas do nosso gabinete que, há uns dois meses atrás, também tiveram uma corrente roubada na região central e, também, o celular, demonstrando que essa insegurança já é perceptível.

Mas o que mais assusta, é que todas as pessoas que por ali estão, os lojistas, as pessoas que trabalham na região central, não só já perceberam e sabem, basicamente, onde acontecem esses roubos na região central, mas muitas delas já, inclusive, têm feito denúncias à Polícia Militar do Estado de São Paulo...

O que mais, ainda, deixa a população da região central alarmada, é que a Secretaria de Segurança Pública fica, praticamente, a 100 metros, ou 200 metros de onde têm acontecido esses roubos na região central.

Se pegar a Praça do Patriarca, onde tem sido uma das maiores incidências no último período, a Secretaria de Segurança Pública fica a uns 200 metros. Se pegar o Teatro Municipal da Secretaria da Segurança Pública, estamos falando de uns 350 metros.

Então, são regiões que têm um bom policiamento - não estamos falando que não têm policiamento, têm um bom policiamento - mas não têm uma ação energética para a solução desse problema.

Como não existe uma solução para o problema, o que está acontecendo é o centro estar ficando cada vez mais esvaziado, reduzindo o número de lojas, reduzindo o número de escritórios de advocacia na região central. Com isso, vai criando mais pânico e mais medo na população do centro de São Paulo.

Então, o que seria importante para a Secretaria de Segurança Pública, que está ali do lado, é um trabalho de inteligência. Nós sabemos da qualidade que tem a Polícia Militar no estado de São Paulo.

É possível fazer um trabalho de inteligência. É possível fazer um trabalho de mapeamento. Se tem problema em relação à alteração de legislação que compete ao estado de São